

SANT'ANNA, Henrique Modanez. *História da República Romana*. Petrópolis: Vozes, 2015.

Ygor Klain Belchior*
ygorklain@gmail.com

Ao analisar a obra *The Cambridge Ancient History: The Last Age of the Roman Republic*, 146–43 B.C. (BOWMAN; CHAMPLIN; LINTOTT, 1992), uma das obras mais influentes sobre o período, e que lida apenas com os acontecimentos da segunda metade do período da República Romana (509 a.C. – 31 ou 27 a.C.), fica claro a qualquer leitor bem informado que ele estará diante de uma cadeia quase interminável de acontecimentos importantes que não só serão importantes para a compreensão do mundo romano, mas também para todas as reinterpretações históricas decorrentes destes eventos. Afinal, este período abrange acontecimentos diversos e muito complexos, como as guerras entre Roma e Cartago pela hegemonia mediterrânea, os processos de lutas sociais pela aquisição da cidadania pelas populações da Itália, a questão agrária defendida pelos irmãos Graco, a revolta de Espártaco, a expansão do Império romano e a consequente corrupção nos tribunais para controlar o envio de magistrados que iriam extorquir as províncias, Pompeu e os piratas no Oriente, César e a Gália no Ocidente, os triunviratos e, por fim, as guerras civis entre César e Pompeu, mas também aquelas que tiveram lugar com Otávio e Antônio, entre eles, mas também contra Brutus e Cássio, além da guerra contra o filho de Pompeu. Isso somente para enumerar alguns dos acontecimentos que possivelmente serão lembrados por qualquer curioso sobre o período que venha a ter contato com esse imenso compêndio.

Já este livro em questão, e que tenho aqui como objeto desta resenha, lida, portanto, com um período muito turbulento e que exige de um historiador que queira fazer um manual com poucas páginas (197 no total) um bom domínio teórico para que todos esses acontecimentos possam estar interligados em uma narrativa inteligível. Afinal, a proposta de Henrique Modanez Sant'anna não é a de fazer um compêndio, como aquele a que me referi no início deste trabalho, mas é a de sanar um problema muito sério que temos aqui no Brasil quanto à quantidade de bons textos em português para serem usados em sala de aula e que tragam uma quantidade razoável de informações para uma boa formação dos alunos. Somado a esse fator, outro ponto importante na concepção deste material, já que o próprio autor diz

* Doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo. Professor de História Antiga da Universidade Federal de Ouro Preto

que este foi concebido por causa dos seis anos que lecionou História Antiga na Universidade de Brasília (p. 14), a dificuldade em encontrar um material que resume a República Romana também é evidente, pois, hoje, apesar do crescimento das pesquisas no mundo antigo, a grande maioria dos especialistas em Roma está dedicando suas carreiras ao estudo de períodos posteriores a este, como o Principado dos Imperadores e o período do baixo Império romano.¹

Portanto, é nesse sentido que a obra *História da República Romana* se insere no mercado editorial e busca um espaço merecido nos currículos de História Antiga dos cursos de Ensino Superior no Brasil. Afinal, são muitas as dificuldades encontradas em sala de aula, desde a composição da maioria das bibliotecas brasileiras, e que desembocam na necessidade de sempre estarmos, como professores, restritos aos livros mais desatualizados ou aqueles que não são produzidos em língua portuguesa. O resultado disso é que muitos alunos saem da graduação sem a formação mínima que se espera de um professor de História que venha lidar com esses mais ricos temas já referidos acima. E o mesmo vale para outros períodos da chamada História Antiga, como o riquíssimo mundo grego. Vale lembrar que esta dificuldade interfere diretamente, não só na formação do historiador, mas também em nossa compreensão enquanto brasileiros, pois, nas palavras de Norberto Guarinello, “a História chamada Antiga [...] dá sentido ao processo de colonização europeia que nos formou e nos transformou em membros do ocidente, participantes da civilização ocidental. [...] foi um projeto consciente do Estado brasileiro e de nossas elites” (GUARINELLO, 2013, p. 7).

Sendo assim, com uma obra voltada a esse público e com objetivo principal de atender essas necessidades do mercado editorial, o livro em questão se encontra dividido em sete capítulos, mais uma excelente parte dedicada à exposição de mapas atualizados e uma *apresentação* que passarei a apresentar na sequência desta resenha. Quanto a apresentação, cabe destacar uma das principais características positivas da obra que é o diálogo entre a síntese dos principais acontecimentos com aquilo que as fontes permitem ao historiador o que dizer sobre eles. Assim, nesta primeira parte do trabalho, o leitor encontrará um resumo

¹ Cabe ressaltar que temos disponível no mercado editorial brasileiro alguns manuais mais gerais para a utilização em sala de aula, mas que não possuem, de fato, a mesma qualidade de informações do livro de Henrique Modanez no que tange à dedicação a apenas um período e seu conteúdo. Isso não significa dizer que estou aqui a julgar as qualidades no que se refere ser pior ou melhor, pelo contrário, as obras gerais são de extrema qualidade e síntese, mas me refiro apenas a possibilidade de ter um livro que é inteiramente dedicado a um período da história romana, enquanto outros são dedicados ao estudo das civilizações greco-romana ou ao estudo da História Antiga como um todo. Cf. (EYLER, 2014); (FUNARI, 2013); (GUARINELLO, 2013).

dos recortes temáticos de seu livro, que também correspondem aos títulos dos capítulos, como *Da fundação da República a Pirro do Épiro*; *Roma versus Cartago ou a disputa pelo mediterrâneo Ocidental*; *A conquista do mundo helenístico*; *A crise da República, de Tibério Graco a Crasso, Pompeu e César e a política da desconfiança*; *As transformações sociais, culturais e econômicas*; e, por último, *Os últimos anos da República, da morte de Júlio César à ascensão de Otávio Augusto*.² Estes temas, como já foi dito, serão apresentados resumidamente com o catálogo de fontes empregadas pelo autor, e que também servirão como um guia essencial para qualquer outro professor que queira propor aulas que tenham esses recortes como temática.

Após essa introdução, o autor passa para o desenvolvimento do primeiro capítulo de sua obra, *Da fundação da República a Pirro do Épiro*, iniciando-o com Tito Lívio, na tentativa de elucidar ao leitor as diversas lendas sobre *o nascimento da República Romana*, partindo de um breve histórico da monarquia e sua queda, até chegar na expulsão do último rei, Tarquínio, o soberbo. Nesse processo, sua narrativa segue enumerando os acontecimentos que fundaram as bases tradicionais daquilo que viria a ser a República aristocrática romana. Assim, em *o funcionamento da República Romana*, o autor recorre a um diálogo entre a tradição monárquica, como os poderes dos Senadores e dos Ditadores, e como essa nova realidade vai ser construída tendo como base essa tradição. Monarquia e República, portanto, aparecem aqui não como dois polos completamente distintos, mas dentro de um processo que irá definir os papéis sociais, os ritos do poder e as diferenças hierárquicas entre eles, como *a questão plebeia e a criação de uma nova nobreza*. Além disso, outro assunto muito bem trabalhado no livro, e que pouco é encontrado em produções brasileiras, diz respeito aos primeiros anos de expansão da cidade de Roma, e isso é feito através de uma ótica que privilegia as relações que esta cidade tinha, ou passaria a ter, com outras cidades que também existiam na península itálica. E, em muitos casos, essas relações tenderam a conflitos que ocasionaram *a conquista da Península Itálica*, com o acúmulo de aliados que passariam a aumentar as fileiras dos exércitos de Roma, mas também de inimigos, que chegaram até mesmo a colocar o domínio romano em risco, como *a guerra contra Pirro do Épiro*.

Essas disputas moldaram o caráter bélico dos romanos e também a própria organização política e militar deste povo. E, com o domínio sobre a Itália, se tornou inevitável

² As partes em itálico representam os títulos e subtítulos dos capítulos.

o choque de potências ou o nascimento das hostilidades pelo controle das rotas comerciais do Mediterrâneo, tema que será trabalhado no segundo capítulo do livro, intitulado *Roma versus Cartago ou a disputa pelo Mediterrâneo Ocidental*. Para lidar com essa sequência de eventos, marcados por guerras e também tratados das mais variadas espécies, o autor propõe um diálogo muito tênue com as fontes sobre o período, em especial Políbio. Assim, divide a sua exposição em três partes, *A Primeira Guerra Púnica, Aníbal e a Segunda Guerra Púnica e a Terceira Guerra Púnica*, que destacam de maneira geral e factual os principais acontecimentos de cada conflito, como o movimento das tropas, o número de soldados que pereceram, os acordos gerados, os territórios perdidos e conquistados e também o reflexo destes acontecimentos na cidade de Roma. Ou seja, como foi dito, é um capítulo factual que parece ter mesmo o objetivo de resumir tudo o que podemos encontrar nas fontes sobre o século III a.C. romano. Mas, mesmo assim, tem o seu valor, já que deixa claro ao leitor como esse mundo Mediterrânico poderia ser articulado e como o comércio e a produção de grãos passavam a ser importantes para qualquer cidade que visasse uma hegemonia.

Assim, com as bases de apoio de tropas, dinheiro e grãos, Roma parte para outra expansão de seu território, com *a conquista do mundo helenístico*, tema que será trabalhado no terceiro capítulo deste livro. Porém, antes de adentrar na conquista propriamente dita, Henrique Modanez Sant'anna realiza um retorno na linha cronológica para explicar ao leitor *a formação dos reinos após a morte de Alexandre (323-301)*, tendo Diodoro como a sua principal referência. Passando posteriormente pelas disputas internas a esses reinos com *a ideologia da monarquia helenística*, marcada pela presença de governantes autoproclamados, com exércitos de mercenários liderados por generais que passaram a usar o diadema, e que levaram adiante ideologias militares de conquistas territoriais, com *os exércitos dos diádocos*. Esses acontecimentos induziram uma crise interna aos próprios reinos helenísticos que passaram a se desafiar mutuamente pelo controle daquilo que antes era o Império de Alexandre. Esse tipo de atrito gerou conflitos bélicos como *a Batalha de Ipsos*, e seus impactos foram sentidos, principalmente, com pedidos de auxílio das cidades gregas aos romanos (século II a.C.). E com isso, se tornou inevitável, e também graças às alianças entre os reis do Oriente helenístico e Cartago, que o mundo romano também voltasse suas atenções para o oriente helenístico, tema que será trabalhado na última parte deste capítulo e que trata diretamente das *guerras contra Roma ou o imperialismo romano no oriente*, culminando na anexação da Grécia, do Egito e da Síria.

Para o autor, essas conquistas modificaram de vez a realidade política e econômica romana. E os maiores efeitos começaram a ser sentidos dentro do território italiano, abrindo espaço para uma nova fase de disputas sobre os espólios oriundos destas conquistas, como as terras para as tropas e os cidadãos, a participação política daqueles que haviam auxiliado os romanos com homens para os exércitos, como os italianos, e também pelo controle político dentro da elite romana. Esse período é bem definido pelo título do quarto capítulo, *A crise da República, de Tibério Graco a Crasso*, que se inicia com uma breve exposição sobre *os Gracos e os problemas socioeconômicos e militares*. Dentre esses problemas, o autor é preciso em afirmar que as disputas internas entre os membros da elite romana, representada por famílias rivais e não partidos políticos (no sentido moderno do termo), foram marcadas por convulsões internas entre o Senado e os tribunos da Plebe. Representados aqui pelos *optimates* e *populares*, estes indivíduos disputavam o apoio dos votos nas assembleias e nas acusações judiciais que, ao não se resolverem, tiveram os seus reflexos sentidos no sistema tradicional de recrutamento de tropas e também no grande sistema de propriedades. Nesse contexto, o espaço para lutar por reforma agrária e distribuição de grãos para uma crescente população faminta foi aberto, como também surgiu a brecha para que generais usassem do sistema de recrutamento para adquirem benefícios próprios. Este foi o caso de *Mário e exército romano* que são trabalhados com muita primazia ainda neste capítulo. Essa nova realidade, composta por generais poderosíssimos e com a fidelidade incondicional das tropas, que dependiam do seu sucesso para adquirir terras e cidadania, não tardou para que envolvesse outros políticos/comandantes que também se sentiam incomodados com os avanços de seus rivais, como *Sula*. Assim, a guerra civil foi inevitável e marcou uma época de perseguição de todos aqueles que haviam se relacionado com o lado derrotado. Sula e os *optimates*, neste caso, prevaleceram sobre Mário, mas as agitações por mais direitos na Itália em suas ilhas ainda continuavam. Foi aí que se deu *a rebelião de Espártaco*, além da abertura do caminho para que outros generais disputassem apoio popular e de tropas. A República Romana começava a ruir e essa relação de causa e efeito é sentida nesta obra de uma maneira clara e objetiva.

Tanto que, no seu quinto capítulo, o livro passa a se dedicar cada vez mais aos efeitos das disputas internas da elite romana. Assim, em *Pompeu, César e a "Política da Desconfiança"*, fica claro que os germes do período posterior, marcado pela liderança de um homem dentro da *res publica*, começavam a ser sentidos. Para tanto, o autor resgata *a ascensão de Pompeu*, através de um diálogo muito tênue com as fontes, como Veleio

Patérculo e Apiano, demonstrando como este general adquiriu muita proeminência não só com as vitórias militares, mas também com sua política para com os soldados, o Senado e a sua diplomacia com os territórios conquistados. Pompeu, assim, se tronou, segundo o livro, “a maior autoridade romana fora do território italiano” (p. 112). Mas, como já pode ser sentido pela análise seguinte, este general não era o único. Outras forças, como a de *Catilina*, a partir de 64 a.C., também começavam a surgir no cenário político, rivalizando inclusive pelo consulado em Roma. Superada a famosa conjuração, que se tornou mais célebre ainda pela participação de Cícero como um dos acusadores, a República Romana se viu dividida em uma aliança informal, conhecida como “primeiro triunvirato”, que marcou o monopólio do poder, como o grau de cônsul e o comando das tropas, nas mãos de três hábeis políticos: César, Pompeu e Crasso. E, graças a esse suporte, César consegue o apoio para traçar o seu *cursus honorum* e pilhar a província da Gália com a *Guerra Gálica*. Os resultados desse conflito foram o enriquecimento de César e o apoio logístico que esse recebeu das tribos germânicas, fato que causou grande atenção no Senado e em seu aliado, Pompeu, que passou a promover leis que o prejudicassem. Estava aberto o caminho para a *guerra civil*. E com a vitória de César, a República Romana passou a se concentrar cada vez mais nas mãos de um só homem que, entre a *ditadura* e os *Idos de Março*, passava a experimentar poderes nunca antes vistos. Esse contexto é muito bem ilustrado por Henrique Modanez que deixa claro que o exemplo criado pelo ditador seria seguido novamente, pois a “vacância do poder que ele havia centralizado anos a fio e o mau funcionamento das instituições republicanas desencadearam uma disputa entre os sucessores de César” (p. 132). Além disso, ainda segundo o autor, é importante frisar que neste período “a República não havia se extinguido, mas a sua forma tradicional nunca não pôde ser recobrada, passando o equilíbrio político a depender de ajustes que somente uma nova guerra civil e a ascensão de Otaviano como Augusto puderam assegurar” (p. 132).

Todavia, apesar da narrativa do livro estar se encaminhando para um final, e também ao final do próprio período da República, o autor propõe um sexto capítulo onde pretende claramente demonstrar que os efeitos do Império já começavam a ser sentidos na esfera republicana para além da política. Assim, em *As transformações sociais, culturais e econômicas*, Henrique Modanez retoma a cronologia na tentativa de amarrar algumas questões que poderiam ter ficado para trás na acumulação de eventos narrados pelo autor. Desta maneira, propõe para início de reflexão a seguinte pergunta: *Economia Imperial, política republicana?* E, ao respondê-la, deixa claro que as transformações ocorridas com as

conquistas e o acúmulo de riquezas tiveram um efeito direto em todas as crises políticas narradas anteriormente, pois a economia da Itália foi reconfigurada, assim como o pequeno campesinato; além disso, o Império passou a experimentar o surgimento dos *latifundia* e o empobrecimento de grande parte da população que não possuía terras e passava a depender do assistencialismo das cidades ou dos políticos *populares*. Outro ponto relevante foi a ostentação das edificações públicas, principalmente por aristocratas que, muitas vezes, empregavam o dinheiro das conquistas e da extorsão que praticavam nas províncias para erguer edifícios mais suntuosos que os dos seus adversários. Outros pontos importantes tocados pelo autor dizem respeito *a literatura*, como o desenvolvimento da tragédia e da comédia, além de um subcapítulo sobre *Políbio*, uma das principais fontes sobre o período, que tem o seu foco voltado à constituição da República Romana tal como observada por ele, a saber a mescla de valores “monárquicos” (cônsules), “aristocráticos” (Senado) e “democráticos” (assembleias), essenciais para a compreensão do jogo político republicano. O capítulo finda com uma reflexão sobre *a religião: dois cultos proibidos* que têm como objetivo demonstrar Roma como uma Cosmópolis, passando a assumir cultos de outras regiões, como o Oriente, e, por último, a parte destinada às *feminae romanae – breves considerações sobre a transfiguração de Lucrecia*, nas quais o autor discorre sobre a mudança no comportamento sexual feminino, principalmente no que tange às relações entre uma política competitiva e os laços matrimoniais.

E, por fim, o último capítulo desta obra é intitulado *Os últimos anos da República, da morte de Júlio César à ascensão de Otávio Augusto*, que trata basicamente de como o *testamento de César* foi importante para que o seu sobrinho, agora um filho adotivo, passasse a almejar o seu lugar como herdeiro e, com isso, a enfrentar Marco Antônio. Com isso, em *Marco Antônio e Otaviano*, o autor disserta sobre os primeiros sinais de crise entre os dois comandantes que só foram resolvidos com a presença de inimigos em comum, como Sexto Pompeu, filho de Pompeu, e Crasso e Brutus no Oriente. Com a derrota dos conspiradores de César, o autor demonstra como o mundo romano passou a presenciar a divisão dos poderes entre esses dois personagens com outro político importante, neste caso, Lépido. Essa aliança deu origem ao (*segundo*) *triunvirato*, com a divisão legal dos territórios do Império, sob a tutela desses três políticos. Além disso, segundo Sant’anna, esse período também foi marcado pela perseguição de todos os inimigos de César, inclusive Cícero, além de ser visível uma política de divinização da figura do antigo ditador e da promoção pessoal de Otaviano como

Cônsul e filho do divino César. O resultado desta ascensão foi sentido novamente em outra guerra civil, desta vez entre o herdeiro de César e Marco Antônio, que decidiria por vez o destino da República Romana. Este último acabou sendo derrotado em 31 a.C. na batalha de Ácio e com sua derrota a República também havia terminado. Era o início de outra realidade política para os romanos.

Em suma, como se vê, este é um livro que atende às expectativas dos assuntos mais importantes para o período da República Romana, mesmo não sendo um compêndio com muitas páginas disponíveis para o conteúdo destas informações. Além disso, como também é notável em sua leitura, o trabalho de diálogo entre os fatos históricos e as fontes disponíveis é algo extraordinário, pois leva o leitor ao nível de um historiador, mesclando historiografia e interpretação das fontes de uma maneira muito didática e clara. Com isso, o que se tem é um livro com muito conteúdo, mas que consegue ter um eixo que liga todas essas informações em uma só narrativa que não separa aspectos sociais, políticos e econômicos, como eles geralmente são apresentados. A República Romana, portanto, adquire aqui uma vivacidade e uma relação de causa e efeito muito importante para quem visa compreender processos. Ou seja, é possível estudar esse período com muita exatidão apenas tendo essa leitura como objeto, sendo, portanto, altamente recomendada para o seu uso como leitura obrigatória nos currículos de História Antiga do Ensino Superior. Principalmente, como já foi apontado, em lugares onde as bibliotecas carecem de mais referências ou aquelas instituições que convivem com a dura realidade da maior parte dos alunos brasileiros: a falta de domínio com idiomas estrangeiros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOWMAN, Alan K.; CHAMPLIN, Edward; LINTOTT, Andrew. *The Cambridge Ancient History: The Last Age of the Roman Republic, 146–43 B.C.* Cambridge: Cambridge University Press, 1992. v. IX.

EYLER, Flávia Maria Schlee. *História Antiga: Grécia e Roma – a formação do Ocidente.* Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

FUNARI, Pedro Paulo A. *Grécia e Roma.* 5. ed. 2. reimpr. São Paulo: Contexto, 2013. (Coleção repensando a História).

GUARINELLO, Norberto Luiz. *História Antiga.* São Paulo: Contexto, 2013.

SANT'ANNA, Henrique Modanez. *História da República Romana.* Petrópolis: Vozes, 2015.